



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

CONSELHO CONSULTIVO ALARGADO

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sob presidência de Sua Excia Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Dr. António Pitra Neto, ladeado por Sua Excia Vice Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social Dr. Sebastião Lukinda e pela Exma Directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas Dr.^a Ondina Neto Peliganga, realizou-se no dia 24 de Janeiro de 2008, no Centro de Formação Profissional do Cazenga, o Conselho Consultivo Alargado do MAPESS que contou com a participação dos Directores Nacionais, Directores Gerais dos Institutos Públicos e dos Directores Provinciais da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Directores Adjuntos dos Institutos e Chefes de Departamento.

A agenda de trabalho abordou com profundidade questões que se prendem com o balanço das actividades executadas no ano de 2007, e a apreciação pormenorizada do desempenho dos programas e projectos em curso, designadamente do grau de cumprimento das 30 medidas de revitalização do PREA, apreciação do grau de cumprimento da aplicação das medidas de política no domínio da protecção social obrigatória e do Plano de Modernização e Desenvolvimento Institucional do INSS (PMDI), informação sobre o programa nacional de formação profissional e políticas activas de emprego, apreciação do grau de cumprimento do programa nacional de artes e ofícios bem como as perspectivas, metas e objectivos a alcançar durante o ano de 2008.

Assim, tendo em consideração os principais domínios de actividades do Ministério, e visando o cumprimento das metas e objectivos fixados no programa geral do governo 2007-2008, os participantes concluíram e recomendaram o seguinte:

I – NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- Entrada em funcionamento da Escola Nacional da Administração e Desenvolvimento no primeiro semestre de 2008 a fim de especializar as competências necessárias a qualidade, produtividade e eficácia das instituições públicas e privadas;
- Continuidade do Plano Geral de Formação dos Funcionários Públicos
- Aperfeiçoamento das medidas relativas a gestão dos recursos humanos nomeadamente planeamento de efectivos, concursos públicos, avaliação do desempenho, mobilidade geográfica.
- Fortalecimento e maior qualificação técnica e humana dos serviços sectoriais de inspecção e fiscalização da Administração Pública.
- Materialização e desenvolvimento da política salarial definida pelo Governo em colaboração com os órgãos reitores da economia

- Expansão do modelo do Serviço Integrado de Atendimento aos Cidadãos.
- Aperfeiçoamento da informação e gestão estatística sobre os recursos humanos da função pública
- Aperfeiçoamento do conteúdo dos modelos das provas para os concursos públicos de ingresso e de acesso na função pública.

II – NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

- Prosseguimento da aplicação de medidas tendentes a dinamização das políticas activas de emprego e formação profissional, nomeadamente através das iniciativas locais de emprego (ILE´S), apoio a criação de postos de trabalho (ACPT) e apoio a criação do trabalho familiar (ACPTF).
- Aprovação e aplicação dos subsídios de aprendizagem e de estágio profissional
- Continuação da implementação do Programa Nacional de Formação de Artes e Ofícios
- Estabelecimento de Incubadoras de Empresas em algumas províncias, visando o desenvolvimento do empreendedorismo, apoio técnico ao empresariado e geração de postos de trabalho
- Dinamização das acções tendentes a atribuição das carteiras profissionais
- Criação de um modelo de certificação dos agentes e beneficiários do sistema nacional de formação profissional, para o aumento da qualificação da mão-de-obra.
- Ampliação e qualificação da Bolsa de Formadores
- Melhoria e modernização da Gestão dos Centros de Emprego e de Formação Profissional
- Elevação da qualificação dos formadores do sistema nacional de formação profissional
- Reforço do trabalho com os parceiros sociais e empregadores em geral
- Alargamento do processo de qualificação dos Inspectores do Trabalho a nível de todas às Províncias do País.

III – NO DOMÍNIO DA PROTECÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA

- Continuação da implementação do programa de aperfeiçoamento e modernização da gestão da protecção social obrigatória.
- Aprovação com base na Lei Fundamental e legislação ordinária do Diploma sobre o Regime Jurídico de protecção social para os trabalhadores por conta própria, destacando-se os agentes culturais, agentes desportivos e entidades religiosas.

- Implementação e desenvolvimento de programas de concessão de micro crédito aos pensionistas das áreas rurais com determinado perfil de pensão.

- Implementação de um programa de desconcentração dos Serviços Locais do INSS.

LUANDA AOS 24 DE JANEIRO DE 2008

OS PARTICIPANTES

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.